

TUP Porto São Luís S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 5 |
| Demonstrações de resultados | 6 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Conselheiros e aos diretores do

TUP Porto São Luís S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do TUP Porto São Luís S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

TUP Porto São Luis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2021 | 2020 | Passivo | Nota | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 82.668 | 113.978 | Fornecedores | 6 | 776 | |
| Adiantamentos diversos | | 10 | 216 | Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas | 10 | - | 3.538 |
| Créditos fiscais | | 1.834 | 2.504 | Impostos e contribuições a recolher | | 127 | 143 |
| Total do ativo circulante | | 84.512 | 116.698 | Tributos parcelados | | 71 | 69 |
| | | | | Obrigações trabalhistas e previdenciárias | | 429 | 412 |
| | | | | Total do passivo circulante | | 633 | 4.938 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | Provisão para contingências | 12 | 143 | 130 |
| Outros créditos | | 153 | 10 | Tributos parcelados e outros débitos | | 142 | 209 |
| | | 153 | 10 | Tributos diferidos | 7 | 66.606 | 68.378 |
| | | | | Total do passivo não circulante | | 66.891 | 68.717 |
| Imobilizado | 6 | 370.363 | 351.073 | Patrimônio líquido | | | |
| Intangível | | 387 | 582 | Capital social | | 263.252 | 262.665 |
| Total do ativo não circulante | | 370.903 | 351.665 | Reservas de lucros | | 124.639 | 132.043 |
| | | | | | | 387.891 | 394.708 |
| Total do ativo | | 455.415 | 468.363 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 455.415 | 468.363 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUP Porto São Luis S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|-------------|-----------------------|-----------------------|
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas administrativas | 9 | (11.596) | (6.836) |
| Outras despesas operacionais | | (1.035) | - |
| Comerciais | | <u>(433)</u> | <u>(589)</u> |
| Prejuízos operacionais | | <u>(13.064)</u> | <u>(7.425)</u> |
| Resultado financeiro | 11 | <u>3.888</u> | <u>1.502</u> |
| Prejuízos antes do imposto de renda e da contribuição social | | <u>(9.176)</u> | <u>(5.923)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7 | <u>1.772</u> | <u>2.008</u> |
| Prejuízo do exercício | | <u><u>(7.404)</u></u> | <u><u>(3.915)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUP Porto São Luis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Prejuízo do exercício | (7.404) | (3.915) |
| Outros componentes do resultado abrangente | - | - |
| | <hr/> | <hr/> |
| Resultado abrangente do exercício | <u>(7.404)</u> | <u>(3.915)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUP Porto São Luis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | | | Reservas de lucros | | | | Total do patrimônio líquido |
|---|-----------------------|------------------------|----------------|--------------------|--------------------|-------------------|----------------------|-----------------------------|
| | Capital integralizado | Capital a integralizar | Total | Legal | Retenção de lucros | Lucros a realizar | Prejuízos acumulados | |
| Em 1º de janeiro de 2020 | 263.252 | (587) | 262.665 | 2.975 | 130.885 | 2.098 | - | 398.623 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | - | (3.915) | (3.915) |
| Utilização de reserva para absorção do prejuízo | - | - | - | - | (3.915) | - | 3.915 | - |
| Em 31 de dezembro de 2020 | <u>263.252</u> | <u>(587)</u> | <u>262.665</u> | <u>2.975</u> | <u>126.970</u> | <u>2.098</u> | <u>-</u> | <u>394.708</u> |
| Integralização de capital | - | 587 | 587 | - | - | - | - | 587 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | - | (7.404) | (7.404) |
| Utilização de reserva para absorção do prejuízo | - | - | - | - | (7.404) | - | 7.404 | - |
| Em 31 de dezembro de 2021 | <u>263.252</u> | <u>-</u> | <u>263.252</u> | <u>2.975</u> | <u>119.566</u> | <u>2.098</u> | <u>-</u> | <u>387.891</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUP Porto São Luis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|------------------------|------------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo do exercício | <u>(7.404)</u> | <u>(3.915)</u> |
| Ajustes por: | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (1.772) | (2.008) |
| Depreciação e amortização | 234 | 219 |
| Provisão para contingências | 13 | 130 |
| Juros sobre tributos parcelados | 16 | 7 |
| Custos financeiros apropriados | - | 354 |
| | <u>(8.913)</u> | <u>(5.213)</u> |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| (aumento) redução dos ativos | | |
| Adiantamentos diversos | 206 | 316 |
| Créditos tributários | 670 | (41) |
| Despesas pagas antecipadamente e outros ativos | - | 127 |
| Outros créditos | (143) | 21 |
| Aumento (redução) dos passivos | | |
| Fornecedores | (770) | (103) |
| Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas | (3.538) | (3.922) |
| Impostos e contribuições a recolher | (16) | (128) |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | 17 | (203) |
| Tributos parcelados | (81) | (77) |
| | <u>(12.568)</u> | <u>(9.223)</u> |
| Caixa líquido usado nas atividades operacionais | | |
| | <u>(12.568)</u> | <u>(9.223)</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisição de imobilizado | (19.329) | (20.409) |
| Aquisição de intangível | - | (10) |
| | <u>(19.329)</u> | <u>(20.419)</u> |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimentos | | |
| | <u>(19.329)</u> | <u>(20.419)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Integralização de capital | 587 | - |
| | <u>587</u> | <u>-</u> |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | | |
| | <u>587</u> | <u>-</u> |
| (Redução) de caixa e equivalentes de caixa | (31.310) | (29.642) |
| Demonstração da (redução) do caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 113.978 | 143.620 |
| No final do exercício | 82.668 | 113.978 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia TUP Porto São Luís S.A. (“Companhia”) é uma empresa privada constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório é: Rua Surubim, 577, 12º andar, conjuntos 123 e 124, no município de São Paulo - SP e com filial em São Luís - MA.

A Companhia está envolvida primariamente na construção do Porto São Luís. Esse projeto destina-se à implantação de um terminal de uso privado, visando à movimentação, entre importação e exportação, de cargas de minérios de ferro.

A Companhia tem seu exercício social iniciado em 1º de janeiro e finalizado em 31 de dezembro.

Dados do projeto

Licença: LI nº 1129406/2020, emitida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) do Estado do Maranhão, que autoriza a instalação de atividade de terminal portuário; e Contrato de Adesão nº 01/2016 – SEP/PR, e seu Primeiro Termo Aditivo celebrado com o Ministério da Infraestrutura Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SEP), que autoriza a exploração da instalação portuária do Porto pela Companhia.

Compromissos assumidos: Foram assumidos compromissos em 2016 e aditados em 2021 junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e à Secretária de Portos (SEP), relativos à entrada em operação do Porto. Junto ao Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia (SEINC), foram assumidos compromissos relacionados às condicionantes determinadas na Licença de Instalação. Em 2018, a Companhia promoveu a contratação de alguns fornecedores para início da implantação do projeto. Em junho de 2019, a Companhia celebrou junto à parte relacionada, Rota Nordeste EPC Associados Engenharia SPE Ltda., contrato de construção sob a modalidade de EPC (Engineering, Procurement and Construction), bem como iniciou atividades preliminares ao Contrato EPC. No ano de 2020 e 2021, foram realizadas apenas atividades de manutenção no canteiro de obra. Em 2021, foi formalizado o termo de encerramento do contrato com a Rota Nordeste EPC Associados Engenharia SPE Ltda. Ainda em 2021, os acionistas celebraram com a Cosan S.A., através da empresa Atlântico Participações Ltda., sua subsidiária, o acordo de compra e venda de 100% das ações da Companhia, sendo executada a venda de 49% das ações dos minoritários em outubro de 2021 e o restante em 2022. Em 11 de fevereiro de 2022, a empresa Atlântico Participações Ltda., subsidiária integral da Cosan S.A., adquiriu da São Luís Port Company o restante da participação de 51%. Passando, assim, a deter 100% das ações da Companhia.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de maio de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e são reconhecidas no período em que as estimativas forem revisadas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas notas explicativas:

- Provisão para contingências - Nota Explicativa nº 12
- Provisão para tributos diferidos - Nota Explicativa nº 7.
- Depreciação do imobilizado - Nota Explicativa nº 6.

3 Principais políticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

b. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, quando aplicável.

c. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e à construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil deste, são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O terreno foi adquirido em agosto de 2014, na cidade de São Luís, Maranhão, inicialmente classificado como "propriedade para investimento". Em 20 de dezembro de 2017, o grupo chinês CCCC, através da CCCC South America Regional Company S.À.R.L e através da São Luís Port Company S.À.R.L, passou a fazer parte do quadro societário da Companhia na época, e dividiu o controle com as demais acionistas minoritárias. Na mesma data, a Companhia transferiu seu ativo de "propriedade para investimento" para "imobilizado", em virtude da sua alteração de uso do projeto para operação de gestão de portos que se tornou evidente com a entrada do ex-acionista chinês. Os planos do acionista atual permanecem inalterados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados pela Administração, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| Edifícios (exceto o valor do terreno) | 40 anos |
| Máquinas e equipamentos | 3-12 anos |
| Móveis e utensílios | 5-10 anos |

d. Ativo intangível

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vida útil finita, são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada da licença de *software* é de 5 anos.

e. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas-chaves consideradas estão relacionadas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras.

As despesas financeiras compreendem, basicamente, os juros sobre passivos financeiros.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos em vigor na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças de ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

h. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio de venda de ativos.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados, mas não pagos, são tratadas como o consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Contratos onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam mais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)*

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias — por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c. *Outras normas*

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (Alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15).
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26).
- Divulgação de políticas contábeis (alteração ao CPC 26).
- Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23).

4 Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração da Companhia adota uma política de gerenciamento dos seus riscos, que considera a adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real.

(i) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, e custos de construção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas, a Companhia possui operações em Real (R\$) indexada à taxa de juros - CDI.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com os seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iii) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração, que desenvolve padrões para administrar os riscos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos estão representados conforme demonstrativo abaixo:

| | 2021 | 2020 |
|------------------------|---------------|----------------|
| Caixa e bancos | 222 | 242 |
| Aplicações financeiras | 82.446 | 113.735 |
| | 82.668 | 113.978 |

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e investimentos, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representada por aplicações financeiras em CDBs de instituições financeiras de primeira linha.

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100% até 102,5% do CDI, equivalente a 4,5% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2021 (100% até 104% do CDI, equivalente a 2,75% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

6 Imobilizado

| | Terrenos (a) | Equipamentos eletrônicos | Móveis e utensílios | Veículos | Imobilizado em construção (b) | Total |
|---------------------------------|----------------|--------------------------|---------------------|-----------|-------------------------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 230.568 | 74 | 50 | - | 96.172 | 326.864 |
| Adições | - | - | 3 | - | 24.231 | 24.234 |
| Depreciação no exercício | - | (19) | (6) | - | - | (25) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 230.568 | 55 | 47 | - | 120.403 | 351.073 |
| Adições | - | 30 | 229 | 89 | 18.981 | 19.329 |
| Depreciação no exercício | - | (22) | (13) | (4) | - | (39) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 230.568 | 63 | 263 | 85 | 139.384 | 370.363 |

- (a) O imóvel foi adquirido em agosto de 2014 e está situado entre os Igarapés Buenos Aires e Arapapary, na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, registrado sobre a matrícula de nº 50.224, com 2.000.000,95 m2. Em 2017, a Companhia contratou avaliadores independentes para avaliação imobiliária do seu ativo e registrou o valor justo do terreno naquela data no montante de R\$ 219.549. A metodologia utilizada para a avaliação da propriedade foi o método comparativo direto de dados de mercado que permite obter o valor de venda através da comparação de dados referentes a outros imóveis semelhantes situados na mesma região geoeconômica.

Desde dezembro de 2017 o ativo foi transferido de “propriedade para investimentos” para “imobilizado” devido a sua alteração de uso para operação de gestão de portos, conforme Nota 1. A formalização da ata de deliberação para a transferência desse ativo de “propriedade para investimento” para “Imobilizado” foi documentada e aprovada pela Administração em 29 de dezembro de 2017.

- (b) As adições referem-se aos custos para desenvolvimento do projeto no montante de R\$ 18.981 (R\$ 23.877 em 31 de dezembro de 2020).

7 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

| | 2021 | | | | |
|---|------------------------|--------------------------|------------------------|-----------------------|-------------------------|
| | 2020 | Reconhecido no resultado | Valor líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa (a) | 6.268 | 1.772 | 8.040 | 8.040 | - |
| Valor justo sobre terreno (b) | <u>(74.646)</u> | <u>-</u> | <u>(74.646)</u> | <u>-</u> | <u>(74.646)</u> |
| Impostos ativos (passivos) antes da compensação | (68.378) | 1.772 | (66.606) | 8.040 | (74.646) |
| Compensação de imposto | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(8.040)</u> | <u>8.040</u> |
| Imposto líquido ativo (passivo) | <u>(68.378)</u> | <u>1.772</u> | <u>(66.606)</u> | <u>-</u> | <u>(66.606)</u> |

| | 2020 | | | | |
|---|------------------------|--------------------------|------------------------|-----------------------|-------------------------|
| | 2019 | Reconhecido no resultado | Valor líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa (a) | 4.260 | 2.008 | 6.268 | 6.268 | - |
| Valor justo sobre terreno (b) | <u>(74.646)</u> | <u>-</u> | <u>(74.646)</u> | <u>-</u> | <u>(74.646)</u> |
| Impostos ativos (passivos) antes da compensação | (70.386) | 2.008 | (68.378) | 6.268 | (74.646) |
| Compensação de imposto | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(6.268)</u> | <u>6.268</u> |
| Imposto líquido ativo (passivo) | <u>(70.386)</u> | <u>2.008</u> | <u>(68.378)</u> | <u>-</u> | <u>(68.378)</u> |

- (a) A Companhia registrou o total do crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e estima recuperar nos próximos anos. O saldo total do ativo fiscal diferido é limitado a 30% do montante do passivo fiscal diferido contabilizado.
- (b) Os tributos diferidos passivos são decorrentes da contabilização do valor justo do terreno da Companhia registrado na rubrica do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017.

8 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 263.252 dividido em 42.635.878 ações.

| | 2021 | | | 2020 | | |
|--|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------|--------------------|--|
| | Número de ações | % | Movimentação | Número de ações | % | |
| Acionistas | | | | | | |
| São Luís Port Company S.À.R.L. | 21.744.295 | 51% | - | 21.744.295 | 51% | |
| Atlântico Participações Ltda. | 20.891.583 | 49% | 20.891.583 | - | - | |
| WPR Participações Ltda. | - | - | (10.207.847) | 10.207.847 | 24% | |
| MG3 Terminais Portuários Holding Ltda. | - | - | (7.353.837) | 7.353.837 | 17% | |
| Demais acionistas não controladores | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(3.329.899)</u> | <u>3.329.899</u> | <u>8%</u> | |
| | <u>42.635.878</u> | <u>100%</u> | <u>-</u> | <u>42.635.878</u> | <u>100%</u> | |

b. Destinação do resultado e reservas

Os lucros apurados no exercício terão a aplicação das seguintes regras, conforme estatuto social da Companhia:

Dividendos mínimos obrigatórios

Distribuição do lucro líquido do exercício, da seguinte forma: a) 5% para constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% do capital social; e b) 25% do saldo será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Nos exercícios de 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apurou prejuízo.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia utilizou parte da reserva para absorver o prejuízo do exercício.

Reserva de lucros a realizar

Constituída em razão do montante do lucro a realizar em 2019 ter ultrapassado o dividendo mínimo obrigatório. A parcela excedente foi destinada à reserva de lucros a realizar na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de julho de 2020.

9 Despesas administrativas

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|--------------|
| Despesas administrativas | | |
| Despesas com pessoal | 2.351 | 1.468 |
| Remuneração do conselho de administração e diretoria | 4.529 | 2.406 |
| Serviços | 2.780 | 2.237 |
| Manutenção de <i>software</i> | 672 | 460 |
| Locações, condomínios e outros | 1.264 | 265 |
| Total | 11.596 | 6.836 |

10 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e as partes relacionadas.

| | Transações 2021 | | Saldos 2021 |
|--|--|--------------------|--------------------------------------|
| | Despesas com serviços prestados | Imobilizado | Passivo |
| | | | Fornecedores e contas a pagar |
| Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. | 81 (c) | - | - |
| | 81 | - | - |

| | Transações 2020 | | | Saldos 2020 |
|---|--|--------------------|-----|--------------------------------------|
| | Despesas com serviços prestados | Imobilizado | | Passivo |
| | | | | Fornecedores e contas a pagar |
| Rota Nordeste EPC Associados Engenharia SPE Ltda. | - | 5.816 | (a) | 3.447 |
| Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. | 107 | 399 | (c) | 91 |
| | 107 | 6.215 | | 3.538 |

- (a) Prestação de serviços para projeção, construção, aquisição de materiais e equipamentos, comissionamento e testes necessários para a implantação do terminal portuário.
- (b) Prestação de serviços de elaboração do projeto básico para implantação fase 1 do terminal portuário.
- (c) Despesas referente ao rateio da locação do escritório administrativo, condomínio e seguro de responsabilidade civil.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração, no montante de R\$ 4.529 (R\$ 2.406 em 31 de dezembro de 2020). Não existem empréstimos para pessoas-chave da Administração.

11 Resultado financeiro

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 3.880 | 1.753 |
| Outras receitas | 24 | 141 |
| | 3.905 | 1.894 |
| Despesas financeiras | | |
| Custos financeiros apropriados | - | (354) |
| Juros e multa sobre parcelamento de impostos | (17) | (38) |
| | (17) | (392) |
| Resultado financeiro | 3.888 | 1.502 |

12 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza criminal e cível. A Administração constituiu provisão para um único processo de natureza cível no montante de R\$ 143 (R\$ 130 em 2020), considerado suficiente para cobrir a provável perda estimada com a ação em curso.

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e criminais, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

| | 2021 | 2020 |
|------------------------|----------------------|---------------------|
| Cíveis e criminais (a) | 13.570 | 9.096 |
| Trabalhistas | - | 612 |
| Total | <u>13.570</u> | <u>9.708</u> |

- (a) Principais processos são decorrentes de ação de imissão de posse.

13 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém operações com certos instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A exposição na qual a Companhia está exposta para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito
- (b) Risco de liquidez
- (c) Risco de mercado
- (d) Risco operacional
- (e) Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

b. Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

| | Nota | 2021 | 2020 |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Caixa e bancos | 5 | 222 | 242 |
| Aplicações financeiras (a) | 5 | 82.446 | 113.735 |

- (a) Aplicações financeiras
A Companhia centraliza suas operações com as instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco e em papéis de alta liquidez.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A política da Companhia tem por objetivo garantir a liquidez dos investimentos aplicados em bancos de primeira linha e, para cumprir com suas obrigações vincendas, visando mitigar o risco.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

| | Valor contábil | 3 meses ou menos |
|--|-----------------------|-------------------------|
| 31 de dezembro de 2021 | | |
| Passivos financeiros não derivativos | | |
| Fornecedores | 6 | 6 |
| | 6 | 6 |
| | | |
| 31 de dezembro de 2020 | | |
| Passivos financeiros não derivativos | | |
| Fornecedores | 776 | 776 |
| Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas (nota 10) | 3.538 | 3.538 |
| | 4.314 | 4.314 |

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|---------------|----------------|
| Instrumentos de taxa variável | | |
| Ativos financeiros | 82.446 | 113.735 |
| | 82.446 | 113.735 |

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações de juros no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

| Operação | Risco | Exposição em R\$ ⁽³⁾ | Efeito em R\$ no resultado | | |
|---|--------------------|---------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|
| | | | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| Aplicações financeiras | CDI ⁽²⁾ | 82.446 | 7.544 | 5.656 | 3.772 |
| Total do efeito de ganho ou (perda) | | | 7.544 | 5.656 | 3.772 |
| As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ : | CDI ⁽²⁾ | | 9,15% | 6,86% | 4,57% |

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31 /12/2021, divulgada pela B3.
- (3) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção e a constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e, conseqüentemente, reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro e danos à sua reputação, buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. Na tabela a seguir há uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (*fair value*):

Instrumentos financeiros “não derivativos”

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo:

- **Nível 2** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

| | | 31/12/2021 | | | | |
|--|--|---|--------------------|-------------------------|----------------------------------|----------------|
| | | Classificação de ativos/passivos | | | Hierarquia do valor justo | |
| | | Valor contábil | Valor justo | Custo amortizado | VJR | Nível 2 |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa e bancos | | 222 | 222 | 222 | - | - |
| Aplicações financeiras | | 82.446 | 82.446 | - | 82.446 | 82.446 |
| Passivos | | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar – partes relacionadas | | (6) | (6) | (6) | - | (6) |
| | | 82.662 | 82.662 | 216 | 82.446 | 82.662 |
| | | 31/12/2020 | | | | |
| | | Classificação de ativos/passivos | | | Hierarquia do valor justo | |
| | | Valor contábil | Valor justo | Custo amortizado | VJR | Nível 2 |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa e bancos | | 242 | 242 | 242 | - | 242 |
| Aplicações financeiras | | 113.735 | 113.735 | - | 113.735 | 113.735 |
| Passivos | | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas | | (4.314) | (4.314) | (4.314) | - | (4.314) |
| | | 109.664 | 109.664 | (4.071) | 113.735 | 109.664 |

Valor justo

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes independentes dispostas a negociar.

14 Demonstrações dos fluxos de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxos de caixa abaixo:

| | 2021 | 2020 |
|---|----------|----------------|
| Fornecedores | - | 284 |
| Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas | - | 2.538 |
| Efeito no caixa líquido das atividades operacionais | - | 3.822 |
| Adição de ativo imobilizado | - | (3.822) |
| Efeito no caixa líquido das atividades de investimento | - | (3.822) |

15 Evento subsequente

- Em 11 de fevereiro de 2022, a empresa Atlântico Participações Ltda., subsidiária integral da Cosan S.A., adquiriu 21.744.295 ações ordinárias da acionista São Luís Port Company S.À.R.L, passando assim, a deter 100% das ações da Companhia, perfazendo 42.635.878 ações ordinárias.
- Em 11 de fevereiro de 2022, os Srs. Helder Dantas e Alexandre Luiz Carvalho da Rocha renunciaram aos cargos de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, respectivamente. Na mesma data houve a eleição dos Srs. Gerson Luiz Petterle e Giovanni Detomini para os cargos de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, respectivamente.

* * *

Composição da Diretoria

Gerson Luiz Petterle
Diretor Presidente

Giovanni Detomini
Diretor Financeiro

Contadora

Bruna Ceolin
CRC 1.SP/124.524-O